

PÓ PRETO

Justiça libera atividades no porto

Interdição do terminal de embarque de minério e carvão foi suspensa, mas Vale terá de adotar medidas para conter o pó preto em até 60 dias

Cristian Favaro
Daniel Figueredo

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) liberou as atividades no Porto de Tubarão, após cinco dias da interdição do terminal de embarque de minério de ferro e pelotas (Pier II) e o Terminal de Praia Mole (TPM), por onde é feita a importação de carvão mineral.

No entanto, o magistrado determinou que a Vale adote medidas para conter e reduzir o pó preto em até 60 dias. Caso relatório não aponte redução das emissões após esse período, a atividade portuária pode ser novamente paralisada.

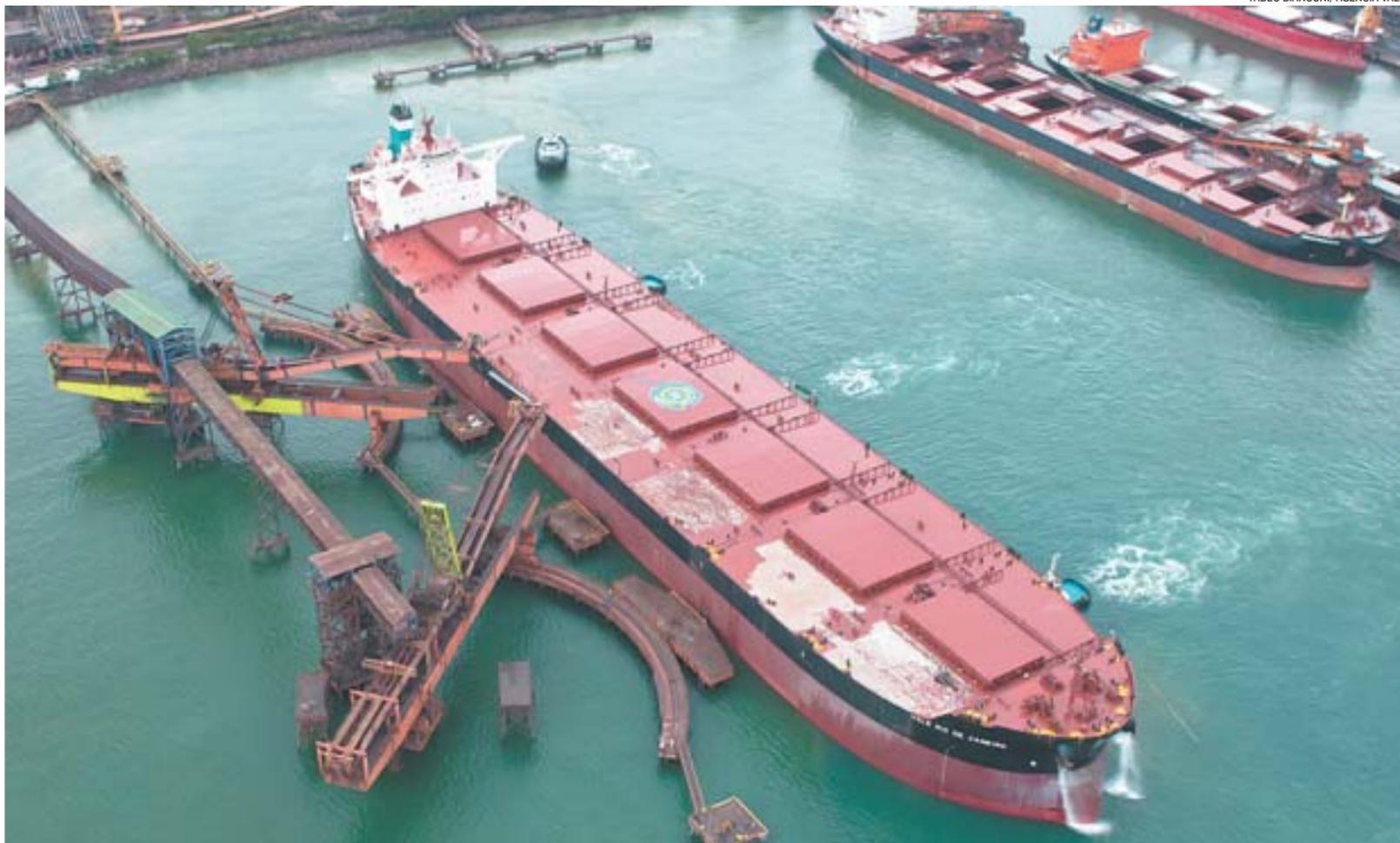
A empresa vai voltar a operar os terminais após comunicação do TRF2 à Justiça Federal no Estado, o que deve acontecer ainda hoje. O juiz federal Vigdor Teitel entendeu que a decisão pela interdição do porto como desproporcional.

“Embora inadmissível o convívio com ações empresariais que repercutam potencial poluição danosa, é também necessário realizar uma ponderação de interesses em razão da delicada crise econômica vivenciada pelo País, de modo a se preferir medidas que simultaneamente possam atender as melhores e mais saudáveis condições ambientais e manter os níveis de empregabilidade e estruturação financeira do Estado e dos particulares”, afirmou na sentença.

Para reduzir o pó preto, ele determinou que a Vale, em até 60 dias, adote novas medidas “modernas e eficazes” de contenção das emissões, para que elas sejam estancadas ou reduzidas ao mínimo.

O prazo pode ser estendido, caso a empresa aponte “inequívoca” demonstração perante o juiz da 1ª Vara Criminal do Espírito Santo, de que não vai conseguir realizar a redução neste período.

Um relatório apontando as me-



PORTO DE TUBARÃO teve as atividades suspensas na quinta-feira. Caso Vale não apresente soluções para o pó preto, porto pode ser interditado de novo

das e os índices de despejamento de pó deverão ser entregues à Polícia Federal e à 1ª Vara Criminal Federal. O relatório, que será produzido por um perito independente, é a condição para que o porto continue funcionando após o prazo estipulado pelo magistrado.

Além disso, a empresa deverá dar acesso irrestrito aos policiais federais para a realização de monitoramento da poluição. A empresa também terá de informar os horários de monitoramento das chaminés, para que técnicos indicados pela Polícia Federal possam acompanhar as medições mensais.

O OUTRO LADO

Exigências

A Vale informou que não recebeu a decisão oficialmente, mas que vai analisar e cumprir as exigências do magistrado.

monstração perante à 1ª Vara Criminal Federal do Espírito Santo. Ela também terá de apresentar relatório ao fim do prazo, demonstrando os resultados das medidas adotadas.

FISCALIZAÇÃO

> O JUIZ determinou que a Polícia Federal (PF) e técnicos por ela indicados tenham acesso pleno e irrestrito a todas as instalações da Vale.

> ANTES DE FAZER relatórios de monitoramento das chaminés, a Vale também terá de informar à PF, para que ela possa acompanhar as medições.

Líderes de nove bairros fazem manifesto

Um grupo de nove associações de moradores produziram um manifesto ontem para defender a atuação da Justiça Federal e da Polícia Federal no Estado. Eles consideram que o fechamento do porto foi uma medida que se mostrou mais eficaz que outras decisões judiciais adotadas para solucionar o problema do pó preto.

Participaram do manifesto as associações da Praia do Canto, Barro Vermelho, Santa Helena, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Mata da Praia, Jardim da Penha, Amigos da Praia de Camburi e do Conselho Popular de Vitória. Eles cobram das autoridades melhorias na concessão e cumprimento das licenças ambientais. As associações defendem que as licenças de operação não permitem que as empresas atrapalhem o cotidiano da população.

As associações vão pedir que as reivindicações sejam incluídas no mandado de segurança que tramita no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Segundo o diretor da Associação de Moradores da Ilha do Frade, Márcio Brito, mesmo com a liminar, é importante que as associações se posicionem.

O presidente da ONG Juntos SOS Ambiental, Eraylton Moreschi, apontou a decisão dada ontem como um avanço. “Agora, a fiscalização pode acontecer na empresa a qualquer minuto.”

MULTAS

As multas aplicadas pela Prefeitura de Vitória na quinta-feira, que totalizam R\$ 68 milhões, foram mantidas pelo município. As empresas, após notificadas, possuem 20 dias para recorrer.

PROBLEMA DE SAÚDE

ADEMIR RIBEIRO/AT



“Três pneumonias em um ano”

A economista Martha Ferreira, de 61 anos, afirmou que teve três pneumonias em um ano, além de crises de sinusite.

“De 2010 para cá comecei a ter crises de sinusite todos os anos. Elas foram piorando, aumentando a frequência e sempre coincidindo com a quantidade de pó preto que recebíamos em casa, em Jardim Camburi. Tenho de tomar antibióticos a cada três meses.” Segundo ela, quando viaja para lugares onde a poluição é menor, nunca passou mal.



LÍDERES de movimentos comunitários são a favor da interdição do porto

O QUE A VALE TERÁ DE FAZER

DETERMINAÇÃO

> A DECISÃO prevê que, em 60 dias, a Vale deverá realizar medidas para conter as emissões de pó preto.

REDUÇÃO DAS EMISSÕES

> A VALE deve adotar, com base nas técnicas mais modernas e eficazes, novas medidas práticas de contenção para estancar ou reduzir ao mínimo as emissões de partículas de pó na atmosfera e no mar de Vitória.

> EM CASO DE IMPOSSIBILIDADE de cumprimento da medida no prazo, deverá proceder à inequívoca de-



COMPLEXO Portuário de Tubarão: com a interdição, a Vale deixou de exportar 200 mil toneladas de minério por dia

PÓ PRETO

Cinco dias de paralisação e prejuízo de 175 milhões

A pós cinco dias de paralisação das atividades do Porto de Tubarão, da Vale, e prejuízo de R\$ 175 milhões, a empresa conseguiu na Justiça a reabertura do porto na tarde de ontem.

O prejuízo da empresa foi acumulado por causa da suspensão da atividade de exportação de pelotas de minério de ferro e, também, a importação de carvão mineral utilizado para abastecer as siderúrgicas nacionais — entre elas a ArcelorMittal.

A mineradora Vale conseguiu uma liminar que suspende as interdições do Porto de Tubarão, que impediam, desde quinta-feira, as exportações de minério de ferro da empresa por causa do pó preto. A informação foi confirmada pelo advogado da companhia, Sérgio Bermudes.

No recurso entregue à Justiça, o advogado de defesa da mineradora estimou um prejuízo diário de R\$ 35 milhões com a paralisação

das atividades do porto.

IMPACTO

De acordo com o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado (Sindifer), Manoel Pimenta, a empresa tem grande relevância para a economia capixaba e, por isso, não pode ser parada desta forma.

“A empresa tem uma relevância muito grande no Estado. Ela não pode ficar parada. O debate sobre o impacto ambiental deve ser feito, mas também temos de levar em conta o impacto econômico que uma paralisação dessa tem na vida

“ O debate sobre o impacto ambiental deve ser feito, mas temos de levar em conta o impacto econômico”

Manoel Pimenta, presidente do Sindifer

das famílias e na economia do Estado”, defendeu.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a empresa confirmou a retomada das atividades: “A Vale informa que obteve decisão favorável do Tribunal Regional Federal (TRF) que garante o reestabelecimento imediato das atividades do Píer II e do Terminal de Praia Mole (TPM). Os terminais, que fazem parte do Complexo Portuário de Tubarão, tiveram as suas atividades suspensas”, disse a nota.

Segundo dados da empresa, com a interdição, diariamente, o Píer II do Porto de Tubarão deixou de embarcar aproximadamente 200 mil toneladas de minério.

A paralisação foi feita após decisão da Justiça Federal no Espírito Santo, que determinou a interdição dos terminais, por onde é feita, além da exportação das pelotas, a importação de 44 mil toneladas de carvão mineral por dia — que abastece diversas indústrias.

SAIBA MAIS

Porto recebe 1.200 navios por ano

Importância de Tubarão

PREJUÍZOS

> **EM CINCO DIAS**, a Vale calculou um prejuízo de R\$ 175 milhões com a suspensão temporária das atividades em dois píeres do Porto de Tubarão: o Píer II (minério) e o Píer de Carvão do Terminal de Praia Mole.

AS ÁREAS INTERDITADAS

> **O PÍER II** tem um berço e recebe navios com porte bruto máximo de 405 mil toneladas; comprimento total máximo de 365 metros e calado má-

ximo de 22,30 metros.

> **O PÍER DE CARVÃO** tem dois berços totalizando 716 metros, com 705 metros de cais acostável. Ele é especializado em operações de descarga de navios, sobretudo carvão siderúrgico, coque e antracito.

NÚMEROS

> **A VALE** é a maior exportadora global de minério de ferro. O Porto de Tubarão foi responsável pelo embarque de 82,5 milhões de toneladas de minério, de janeiro a setembro de 2015.

NAVIOS

> **O PORTO DE TUBARÃO** recebe cerca de 1.200 navios por ano, entre eles, os maiores graneleiros do mundo, os Valemax, com capacidade para 400 mil toneladas.

EFICIÊNCIA

> **O PORTO DE TUBARÃO** é considerado o mais eficiente do mundo em termos de giro de pátio e uma referência no setor portuário mundial.

Fontes: Vale, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e especialistas.